



## IMPORTAÇÃO-EXPORTAÇÃO DE TERMOS

Hermínio DR

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia

*Resumo:*

A troca de termos entre as diferentes línguas do mundo exerce vários efeitos nas linguagens. Nesta abordagem analisam-se algumas propriedades desses fluxos migratórios. Os termos viajantes em vaivém são exportados e depois importados com distorções fonéticas, morfológicas ou semânticas. As inovações da terminologia dão lugar a fenómenos de adaptação literal e de substituição lexical, quer de índole fonética ou morfológica e semântica. Praticam-se o aportuguesamento de palavras estrangeiras, às vezes numa assimilação justificada e noutras ocasiões injustificada, mas também surgem casos incoerentes. Assim, criam-se termos úteis, tanto práticos como teóricos, e ainda vocábulos inúteis, perturbando a evolução natural das linguagens de recepção. As diferentes influências numa língua viva podem originar polissemias mais ou menos toleráveis, umas populares e outras técnicas ou ainda eruditas e regionais. Tudo isto emerge da importação-exportação terminológica entre humanos no mundo.

*Palavras-Chave:*

Terminologia; Gramática; Termos técnicos.

*Abstract:*

*Exchanging terms among different languages in the world gives rise to several effects on the languages in question. In this article, some of the properties about such migration flows will be discussed. Some of the push-pull terms which are exported and then imported again, undergo phonetic, morphological or semantic distortions. New terms in a language give way to phenomena involving literal adaptations and lexical substitutions whether of a phonetic, morphological or semantic nature. Foreign words are transformed into Portuguese versions, sometimes in an acceptable assimilation process and other times not. There may also be inexplicable cases of assimilation taking place. Useful practical and theoretical terms therefore emerge in the same way that useless ones do which merely end up by disturbing the receiver language's natural evolution. The different influences brought to bear on a living language may give rise to fairly well-tolerated polysemies, some of which have common usage, others technical and yet others erudite or regional uses. All of this emerges from importing and exporting terminology among human beings in the world.*

*Keywords:*

*Terminology; Grammar; Technical terms.*

Quando um português transacciona bens materiais com outros povos, recolhendo benefícios das trocas praticadas, que o animam a prosseguir esse modo de vida, cai imediatamente na institucionalização de uma empresa de importação-exportação. A moda prevalecente do uso da língua inglesa nesses contactos internacionais leva-o a subir um degrau cultural, quanto mais não seja para impressionar a clientela, referindo amiúde a sua iniciativa de *import-export*. A globalização a isso obriga. E a prática generaliza-se.

Nesse convívio com diferentes populações, forçosamente intercultural, resultou sempre, ao longo dos séculos de história, uma inevitável interpenetração das linguagens. De facto, muitos termos de uma língua difundem-se nas outras pela interactividade das relações humanas, sobretudo onde predomina o comércio. Daí a assimilação natural de

novas formas de expressão por importação e exportação linguística.

Se tolerarem ouvir-me sobre estas influências das línguas pelo mundo fora, ficarão a conhecer alguns dos pensamentos que me assaltam, ao sabor do estilo teórico e prático que cultivo, com ideias (que não julgo idiotas) e exemplos (que julgo exemplares). São doações de boa vontade, aspergidas entre esta entrada prática (sem venda de produtos à sociedade consumista) e a saída final que teoriza potencialmente sob forma interrogativa (ainda sem vender nenhum produto).

Eis um discurso da experiência vivida, com tanto humor quanto possível (entre parênteses, quiçá o mor), para testemunho da nossa época histórica em desvanecimento. Evolução inevitável, bem sei, devido à dinâmica das existências movidas pelas transformações contínuas da Natureza. O que não me esmorece de proclamar, alto e bom som: tão bela é a língua portuguesa!

Surpreende, a viagem dos termos entre regiões geográficas mais ou menos distantes. Assim tem sido e assim continuará a ser. Até se detectam termos viajantes com **distorção em vaivém**, que chegam a desconcertar. Regra geral, vamos ao latim procurar as raízes terminológicas ou navegamos pelo grego com igual propósito, apesar de o benefício consequente do estudo destas duas línguas antigas se encontrar completamente fora das políticas de educação no início do século XXI. Os ingleses têm uma maneira criativa de formar neologismos, que parece própria da língua anglo-saxónica, mas também gostam muito de inglesar palavras latinas, depois importadas por nós, já desfiguradas, como se fossem dessa origem estrangeira. Tais desfigurações interpretativas assumem diversos enquadramentos, seguindo as grandes divisões gramaticais.

A **distorção fonética** acontece quase sempre pelo pedantismo que grassa nos frequentes pseudo-intelectuais, intercalando palavras inglesas no meio do discurso em português, até com requintadas entoações oxfordianas, a ressaltar da pronúncia discorrida na fraseologia normal. Então, os traiçoeiros termos em vaivém pregam as suas partidas deselegantes. Que me atiram para o sorriso, pois tristemente não chego ao riso. Exemplo: o «item» do latim usa-se muitas vezes na literatura inglesa com o significado de «entidade» e a pronúncia inglesada de «*aitem*»; alguns portugueses assimilaram esta concepção nos contactos internacionais, ignorando que a palavra em português se lê item tal como se escreve, tratando de a pronunciar eruditamente (!) à inglesa. Interessante, este vaivém do termo latino a viajar para Inglaterra e a regressar depois às origens, foneticamente desfigurado. É que foi de barco a vapor e voltou de Rolls Royce.

Menos acentuada parece apresentar-se a **distorção morfológica**. Talvez por isso encontre dificuldade em anotar uma boa exemplificação. Mas acaba de me entrar pela cabeça adentro um caso que serve de ilustração. Exemplo: o «implemento» no latim tardio *implementum* significava «enchimento» e um dia navegou para a Grã-Bretanha; por cá caiu em desuso, enquanto por lá se disseminou em *implementation*; e eis que daí veio a «implementação», agora tão notável na execução de qualquer planeamento. São bizarros estes termos viajantes em vaivém e que se desfiguram na forma, como reflexo dos conteúdos alterados. Umás vezes as coisas implementam-se bem, mas noutras a harmonia desafina completamente. Na verdade, alguns caixeiros-viajantes provincianos vão além-fronteiras visitar feiras estranhas e regressam inchados de ares, a impar de saberes mal digeridos. Teremos depois que engolir o seu peixe salgado, mesmo com cheiro a ranço?

Mais frequente é a **distorção semântica**, manifestada na confusa desfiguração dos conteúdos. Exemplo: o presente «actual» chegou aos britânicos com igual morfologia *actual* mas diferente semântica, significando «real» ou «concreto» (1), que os tradutores desprevenidos (e tantos aparecem entre a juventude estudantil e não só) tomam no regaço materno como «algo do presente», quando afinal exprime apenas uma realidade existente. Descortinam-se inúmeras situações deste quilate, que dantes se destrinçavam bem, mas hoje motivam erros de confusão. Exemplo: quando tinha apenas onze anos de idade aprendi, e nunca mais me esqueci, que «grandeza» é tudo o que se pode medir ou contar; definição igualmente contida no substantivo inglês *quantity*, que os leitores portugueses actuais (incluindo professores catedráticos dos dias que passam, obviamente cheios de contactos com falantes em inglês) consideram «quantidade», vejam só, confundindo a substância com o resultado da acção expressa pelo conceito. Isto apoia que agora se fale sobretudo em «variáveis», seguindo as *variables* adoptadas na

moderna literatura científica inglesa, quando antigamente se dizia «grandezas».

O fenómeno de inovação terminológica corresponde, algumas vezes, à adopção de um novo vocábulo, inexistente antes da chegada estranha. Ocorre então um processo de **adaptação literal**, que pode assumir diferentes feições, tanto fonéticas como morfológicas, gerando variados despojos. Em particular, compete-nos observar criteriosamente o aportuguesamento para o idioma que usamos no dia-a-dia. Por alguma razão apetece mais ler os originais ingleses, mesmo com uma ou outra dificuldade de compreensão da língua estrangeira, do que fazer a leitura de traduções técnicas brasileiras com uso e abuso de literalizações (evidenciando ignorância das correspondências lexicais, ou será intencional?).

Esta **adaptação directa** evidenciou-se nas múltiplas línguas africanas que viveram em contacto com a portuguesa. Os falantes do crioulo caboverdiano intercalam frequentes palavras da língua oficial para darem fluidez aos discursos banais. O mesmo acontece com os falantes de kimbundu em Luanda. Exemplo: «*Jima lampada u uamese nvela*» insere a moderna «lâmpada» na sentença tradicional «apaga a lâmpada e acende a vela». Trata-se de uma importação-exportação natural, conseqüente do convívio de cinco séculos com portugueses. É espantoso constatar que a palavra «pai» faz parte daquele vocabulário luandino, certamente por adaptação directa do *Putu* (Portugal em kimbundu). Exemplo: «*Nga disange ni pai etu*», quer dizer, «encontrei-me com o meu pai».

O processo de **adaptação fonética** efectua-se a partir da formulação original, quase sempre em pouco tempo. Trata-se de uma fortuna familiar às línguas vivas. Aconteceu durante bué de tempo do francês para português, dada a tradicional afinidade da raiz românica comum às duas ramificações. Exemplo: o chofer de um automóvel deve-se ao francês *chauffeur*, originado na primeira metade do século XX. Hoje, porém, é mais banal verificar a adaptação a partir do inglês. Exemplo: na moderna microelectrónica, o revolucionário *chip* deu lugar a «chipe» (grafado no fim com a vogal muda «e», tal como se verbaliza)(2). A importação em Portugal de conteúdos emergentes das novas tecnologias justifica perfeitamente este empréstimo directo.

Em geral, um simples símbolo «e» finalizante das palavras adaptadas resolve a assimilação. Todavia, a própria índole da língua portuguesa tende, ao fim de algum tempo de uso, a identificar o género que lhe cai por arbítrio (feminino marcado pela desinência «a» ou masculino com «o»). Exemplo: a saborosa *omelette* francesa originou a vulgar «omelete» portuguesa, que acabou por se guarnecer na «omeleta» dos actuais cardápios (assim escrita mas ainda nem sempre lida, ao contrário da camioneta ou das marionetas). Esta mutação terminal nem sempre acontece, encontrando-se substantivos adaptados com a tonalidade neutra de «e», que serve tanto o feminino como o masculino. Exemplo: na sua actual cátedra derribada, o «lente» pouco deslindará sempre que lhe falte a «lente» de bem enxergar a leitura entre tanto ruído miúdo à volta (mais uma reivindicação à segurança social?). Por isso, creio que chipe nunca se converterá em «chipo» ou «chipa».

Repare-se que se encontram focos de resistência, aqui e ali, mantendo os arcaísmos fonéticos como salvaguarda dos mitos. As ciências mais antigas constituem casos paradigmáticos, onde naturalmente se insere a física em contraponto às engenharias a que deu base de sustentação. Exemplo: as descargas dos gases, como sucede nas faíscas do ar atmosférico durante uma trovoada, são uma progressiva sucessão de avalanches de electrões (3), para mim que sou engenheiro, mas os meus amigos físicos continuam em «avalanche» com a *avalanche* das línguas francesa e inglesa. É óbvio que se podem apresentar termos masculinos envolvidos em idênticas quezílias. Exemplo: o latim *magnes* originou o *magnet* inglês e o arcaico «magnete» que os físicos portugueses mantêm contra o «magneto» dos tecnólogos (que conflito para os chamados engenheiros físicos!). Esses cientistas defendem tanto o seu ponto de vista do século XVIII que traduzem o novo material *electret* em inglês por «electrete», enquanto os electrotécnicos usam o «electreto» nos microfones modernos. Idiosincrasias, sem dúvida.

De igual maneira, a língua portuguesa tem exportado termos assimilados foneticamente por outros falantes. É conhecida a influência exercida pelos mareantes que arribaram ao Oriente na época heróica dos descobrimentos. Então, enraizaram palavras portuguesas nas culturas contactadas, alterando até os comportamentos representados. De vez em quando, ouvem-se vozes herdadas nas margens do Índico que confirmam a passagem

secular desses antepassados por tão longínquas terras, desde a cidade do Cabo e da Goa indiana à ilha de Timor, e mais além. Exemplo: a sonoridade *oligato* no agradecimento dos japoneses tem origem na pronúncia «obrigado» dos marinheiros e evangelizadores lusíadas. Esta exportação linguística constata-se nas múltiplas línguas nativas das ex-colónias africanas, como Cabo Verde e Angola ou Moçambique. Exemplo: a língua kimbundu absorveu a palavra «escola» como *xikola*, ouvindo-se «*bala sanzala ni xikola ié*» quando a população da região de Luanda exprime que «cada aldeia tem a sua escola» (4).

Nesta linha de contaminação interlinguística, a fala portuguesa está a ser invadida pela inglesa. E assiste-se a variados efeitos mutacionais, que deslumbram a ignorância e perturbam a sabedoria. Tudo isto entristece aqueles que sentem a desfibrilhação da identidade, porque tais efeitos mal incentivam quem pugna pelo rigor da expressão daquilo que perpassa na mente. Há traduções que apresentam mudanças designativas totalmente incorrectas, revelando um pernicioso desconhecimento acerca da conveniente **adaptação morfológica**. Exemplo: os jovens investigadores de redes neuronais artificiais falam de «memória associativa» ao traduzirem *associative memory* da literatura inglesa, quando devem dizer «memória associada»; analogamente, a «derivada» de *derivative* ou corrente alternada de *alternative current*. São correcções que se impõem, quanto antes melhor, para que se evite desvirtuar a língua de acolhimento dos novos conceitos.

Encontram-se muitos casos desta deformação da morfologia das palavras, que o tempo consegue atenuar e mesmo eliminar, à medida que o sentimento linguístico exerce os seus estímulos curativos sobre a razão irracionalizada. Exemplo: na década de 1960, difundiu-se o termo americano *control*, que muitos escreviam «control», tal como pronunciavam, mas a maioria contestava através de «controle», também por justificação fonética (formulação ainda hoje seguida por alguns, inconscientemente e portanto sem contestação), acabando por se normalizar «controlo», em concordância com a verdadeira índole do seu género masculino na língua portuguesa, à semelhança do «protocolo» obtido do *protocol* britânico, sem qualquer vacilação. E tudo isto aconteceu apesar dos capatazes, nas chamadas do pessoal assalariado para pagamento das jornas semanais, terem empunhado durante séculos o velho «rol» (*rôle* francês e *roll* inglês), dispositivo em papel que não conseguiu impor-se no fabrico das normas ao respectivo «escol» de obreiros intelectuais (sendo este último termo derivado de «escolha» e portanto desligado da correspondente *élite* gaulesa e *cream* anglófono).

Testemunho esta evolução de desinências pela própria experiência vivida. Em 1965, movido pela esperança de modernizar a sociedade primitiva em que laborava, fundei uma empresa de estudos de mercado designada «CE — Controle e Estatística»; em 1970, introduzi a primeira disciplina de «Sistemas de Controle» numa universidade portuguesa, ao propor a reforma curricular da licenciatura em engenharia electrotécnica da Universidade de Luanda, em Angola; mas afirmei definitivamente a área de investigação e educação superior em «Controlo Digital», no ano de 1980, na Universidade Nova de Lisboa, após uma inesperada luta intestina com os que se consideravam donos dos sistemas digitais (por oposição aos clássicos sistemas analógicos) e ignoravam cem por cento o conteúdo da «Teoria de Controlo», que acabei por instituir em 2004 na mesma universidade.

A inovação da terminologia, às vezes, motiva uma **substituição lexical** justificada, passando de termos vulgarmente usados para outros de recente importação, e que sejam mais coerentes com a evolução científica. Observam-se várias causas para este fenómeno, sistematizáveis na linha das divisões gramaticais.

Comecemos pela possibilidade de **substituição fonética**, certamente a menos expressiva, mas que se aponta também a título de ocorrência polissémica. Exemplo: o «prototipo» do inglês *prototype* tende para a esdruxulação em «protótipo», à medida que o tempo passa e o termo mais penetra na índole da língua portuguesa. Outro caso semelhante é o *logotype*, que dantes se referia por «logotipo» e se está a converter em «logótipo» com a melodia dos mais jovens. Por mim, ainda me mantenho nas primeiras versões, aceitando porém outras cantigas: «ó ai ó linda», embora não consiga atinar com o esgotamento da venda de bilhetes seis meses antes da realização, em Lisboa, do espectáculo musical da banda inglesa U2 (tu também?).

A prática livre de compromissos supra-nacionais permite formular a **substituição morfológica** para encontrar as melhores coerências linguísticas. De facto, essa independência emocional levou-me a observar, tão atentamente quanto possível, os

costumes institucionalizados em várias línguas europeias. Pelo menos, aquelas que procurei dominar pelo estudo e através do uso. Tal observação já me conduziu a remar contra a maré da absorção acrítica da língua inglesa, socorrendo-me da francesa. Exemplo: a dificuldade em traduzir *hardware* e *software*, bonitos termos no airoso estilo da composição anglo-saxónica, sugeriu a péssima normalização de «suporte material» e «suporte lógico», respectivamente (5); mais adequada é a literalização do francês *materiel* e *logiciel*, pelo que se acha conveniente usar «material» nas construções duras, prosseguindo a boa tradição do trabalho operário dos pedreiros portugueses, e «logicial» nas construções macias, insinuando imediatamente a autêntica mecanização lógica nas programações informáticas. É esta a solução que tenho praticado. E não me arrependo.

Como se vê, a comparação de diferentes línguas permite optar pela sugestão mais acertada, se quisermos ser rigorosos na fala. Aliás, costume recomendar aos profissionais da construção tecnológica portuguesa que desfaçam eventuais dúvidas designativas no confronto com as composições alemãs, geralmente bastante racionais e lógicas (se eles já pensaram sobre o assunto, porque não confrontar as suas propostas?). Exemplo: a caracterização eléctrica de uma bobina ou do respectivo dispositivo indutor efectua-se por intermédio de duas grandezas: uma diz respeito ao parâmetro de qualificação do comportamento indutivo, que costuma ser referido por «coeficiente de auto-indução», ignorando bem o inglês e francês *inductance*, mas fica bastante melhor a designação «indutividade», conforme a *Induktivität* germânica (6); outra variável chama-se correctamente «indutância» (repare-se no desaparecimento em português da oclusiva velar «c» por ser consoante surda), pois consiste na grandeza que quantifica a impedância numa dada frequência (vulgarmente a frequência industrial das redes eléctricas), embora costume ser dita «impedância indutiva», seguindo a velha *inductive impedance* inglesa e *impedance inductive* francesa. Estão a ver a confusão reinante pelo persistente obsoletismo das línguas geradoras dos conceitos, sem coragem para se renovar? Nós, useiros atrasados na civilização tecnológica, devemos começar a necessária actualização sorvendo a modernidade, para ultrapassar os mais conservadores (geralmente os progenitores, agarrados que estão à sua vivência passada). Deste impulso até resulta a (falsa) convicção de sermos inovadores, não é assim? E isto anima a malta; logo, é o que faz falta (estão, certamente, a adivinhar o meu espírito revolucionário).

Aproveito para recomendar aos novos países de expressão portuguesa que comecem por usar uma base normativa sólida. As normas técnicas, particularmente da linguagem científica e tecnológica, são essenciais à compatibilidade operacional das integrações, originando vantajosas repercussões económicas na produtividade. Exemplo: as redes eléctricas operam à «frequência» (número de ciclos da tensão eléctrica por segundo) de 50 hertz no continente europeu e à *frequency* de 60 Hz no continente americano, inadequando portanto os equipamentos accionadores do mercado brasileiro às apetecidas infraestruturas angolanas. A propósito, a «frequência de eventos» (número de ocorrências por segundo) em qualquer actividade humana consiste na «taxa de eventos» traduzida pela *event rate* inglesa.

Um fundamento sério da actualização das designações reside na **substituição semântica**, conseqüente da evolução dos próprios significados dos conteúdos. Exemplo: na última década do século XX, normalizou-se o termo «resistor»(estou certo disso, por ter subscrito a correspondente norma portuguesa)(7), que indica um dispositivo eléctrico ou electrónico, à semelhança de muitos outros (como seja, motor, condensador ou transistor), na sequência da convenção inglesa *resistor*; assim, a palavra resistência, escrita *resistance* igualmente em francês e inglês (mas com óbvias diferenças orais), que se usou desde o século XIX na dupla acepção de componente tecnológico e quantidade resistiva (no verdadeiro senso quantitativo!), ficou restringida apenas à representação do parâmetro caracterizador da estrutura material. Esta destrição, que elimina a ambigüidade criada no percurso histórico, demora gerações a concretizar, tanto mais quanto maior for a oposição à inovação pelos educadores dos respectivos públicos (ainda hoje pressionante, incompreensivelmente, nas principais licenciaturas de engenharia nas universidades portuguesas, com nítida responsabilidade dos velhos da Alameda).

Outra causa da renovação dos termos técnicos tem a ver com o predomínio das influências estrangeiras nas recentes gerações. Hoje em dia, assiste-se à **substituição de raiz**, tendencialmente da base francesa para a inglesa. Exemplo: o tradicional «aparelho» está a ser banido pelo «equipamento», em consequência da mudança de gosto do *appareil* francês para o *equipment* inglês; e o seu desempenho tecnológico (mecânico, eléctrico, energético ou outro) deixou de ser avaliado pelo «rendimento»,

seguindo o tradicional *rendement* francês, para ser caracterizado pela «eficiência» do inglês *efficiency* (enquanto «rendimento» fica restrito ao âmbito financeiro, desfazendo a confusão estabelecida nas análises económicas da eficiência tecnológica dos sistemas). Tal mutação lexical parece crescente, prevendo-se uma deslocação da terminologia que facilitará o curso galopante da consumação bilingue (adeus Camões!), mesmo em contra-ciclo à língua espanhola. É claro, isto surge com eventuais definhamentos das genuínas diversidades culturais do mundo ocidental, qual apagão do farol de bom encaminhamento, se nada for feito para desviar o rumo tendencial (valha-nos Cervantes!). Tudo por força da lei do menor esforço, paradigmática do curso livre da natureza.

A adopção directa dos termos importados em Portugal constitui um **aportuguesamento** que se justifica ou não consoante venha acrescentar ou não um novo significado lexical. O princípio geral a seguir consiste sempre em evitar polissemias inúteis e perturbadoras da compreensão das declarações.

Sou da opinião de que o **aportuguesamento justificado** de empréstimos linguísticos deve ser feito, e só, quando não existem vocábulos portugueses com o correspondente significado. Exemplo: a máquina «computador», em bom unísono com o inglês *computer*, afasta-se do «ordenador» originado em França com *ordinateur* (perfilhado pelos espanhóis) e distancia-se da «calculadora» indiferenciada no *Rechner* dos alemães (que se já aventuram pelo *Komputer*, aqui ou ali, sobretudo oralmente).

Ainda se justifica o aportuguesamento para desfazer ambiguidades, atribuindo ao neologismo um significado específico e diferenciador de conteúdos distintos. Exemplo: o «exutor» destinado a desenfumar um compartimento com incêndio, do francês *exuteur*, distingue-se de «exaustor», relativo ao inglês *exhaust fan*, na medida em que este extrai ar viciado do compartimento sem qualquer fogo (embora a legislação portuguesa ainda em vigor misture a designação dos equipamentos, de maneira bué confusa) (8).

Contudo, condeno o **aportuguesamento injustificado**, se a importação do termo acontecer quando já existe tradução aceitável, a partir da mesma raiz ou de outra. Nestas condições, para que se amplie o léxico? Exemplo: o «varrimento» do ecrã de um televisor analógico (ainda normalmente usado na recepção dos sinais analógicos emitidos pelas actuais estações televisivas) identifica o *scanning* inglês dos feixes de electrões num tubo de raios catódicos; mas idêntico efeito de «varrer» pela acção *to scanner* das imagens digitais está a ser banalizado pelo barbarismo «scanar». Para quê? Só por ignorância, desculpável até à revelação da verdade, ao contrário da reprimível teimosia. Com certeza que não será para caracterizar o seu «desempenho», feiosamente dito «performance», com acentuação tónica nasal a fim de distinguir da *performance* inglesa.

Ainda mais chocante é o **aportuguesamento incoerente** que se pratica na obediência cega a um erro inglês, geralmente em consequência da evolução histórica, e que nós, muito bem, não seguimos antes. Se a língua inglesa se apresenta incorrecta, reconhecidamente, que ponderação se eleva agora para adoptar tão baixa credibilidade? Apenas o peso da hegemonia latente? Infelizmente, os profissionais portugueses tendem, cada vez mais, a substituir bons termos existentes por novas propostas aportuguesadas nem sempre melhores. Exemplo: o *standard* inglês corresponde à «norma» portuguesa, cujo corpo constitui a *standardization* e «normalização», respectivamente, nas duas línguas; por isso, ao definir um valor relativo a uma dada norma como quantificação de referência, os ingleses introduziram o termo *normalization* (rebuscado do latim na habitual deformação contextual) com o resultado *normalized value*, sendo em bom português «normação» e «valor normado»(9), ao contrário das incoerentes afirmações de «normalização» e «valor normalizado» com que somos frequentemente brindados. Mas que normalização? Onde está a norma no senso de *standard* (ou «estandar» na literalização brasileira)?

Felizmente, nalguns casos consegue-se enfrentar facilmente a tendência para generalizar a asneira. Exemplo: a «tensão» gerada nas redes eléctricas diz-se *voltage* em inglês, ferindo a regra essencial da terminologia que exclui a derivação das palavras dos nomes de unidades físicas (volt, no caso); por isso, o barbarismo «voltagem» não pegou, apesar de provocar choques de vez em quando; e, também por isso, tem havido esforços internacionais no sentido de mudar a normalização inglesa para *tension*, mas sem sucesso (por oposição americana). Aos dominadores (autênticos conquistadores, no sentido castelhano) custa muito dobrar a língua, não é?

Actualmente, a exportação portuguesa com criação de **termos úteis** poderá ser rara, dada a ténue força política que Portugal exerce nas relações internacionais, depois de o «*orgulhosamente sós*» nos ter conduzido ao «sozinho pouco orgulhoso» de último país do primeiro mundo (triste sina, esta de querer e não prover). É claro, outros tomam conta dos palcos mundiais, enquanto lamentamos com saudade tihosa (lamento dos que tinham e já não têm) o desespero da «*vidinha*» (tão bem trovada por O'Neill).

Talvez ainda aconteça hoje a exportação terminológica de inspiração lusa. Os investigadores científicos de origem portuguesa, quando emigram já adultos, geram termos inovadores para os conceitos que descobrem nos vários continentes por onde se espalham. Mesmo usando uma língua estrangeira, será implícita a sua fundamentação na língua mãe. Isto aconteceu comigo no fim da década de 1960, ao investigar a disrupção de dieléctricos na Alemanha, tendo criado **termos práticos** para exprimir fenómenos experimentais. Exemplo: aí publiquei o conceito de *Isofeldlinien*, que explica a perigosidade destrutiva dos materiais sujeitos a altas tensões eléctricas, devido à intensificação do campo eléctrico pelas heterogeneidades estruturais da matéria (10), obviamente a pensar nas «linhas isocampo», muito mais significativas que as «linhas equipotenciais», expressas por *equipotential lines* no século XIX pela genial representação de Faraday.

As propostas que tenho feito de novos termos técnicos e científicos, muitos deles com possível exportação, abrangem vários domínios do conhecimento. Um dia farei o inventário dessa criação útil, se conseguir objectivar uma síntese consistente. Por agora, busco as últimas amostras, quer do meu contentamento quer do meu desapontamento. A investigação na ciência de cognição forçou-me a criar **termos teóricos** para comunicar ideias novas, naturalmente exportáveis mesmo para a língua de Shakespeare. Exemplo: se *intelligence* exprime a «inteligência» dos humanos, por significar a leitura mental feita por dentro das situações percebidas (inteligente = intel + legente), então *intellegence* quer dizer a «intelegência» das máquinas, pois estas só elegem respostas por dentro das situações detectadas e a partir de uma leitura por fora (intelegente = intel + elegente, com eleição = e + leitura) (11). Parece oportuno reformar a «inteligência artificial», pois actualmente a *artificial intelligence* está a ser substituída a nível internacional pela *natural computing*, outro chavão ambíguo, porquanto a «computação natural» continua a ser uma computação maquínica (embora seja mais refinada que a tradicional), perfeitamente inserível na perspectiva intelegente.

O desapontamento tem a ver com algo que foi criado mas é desaproveitado, como se estivéssemos sempre a inventar a roda. Tal acaba de me acontecer. E vou já contar. É que, relatar a quente, até pode cheirar mais a espontaneidade (além de esturro). Entrou pelo meu gabinete de trabalho adentro um candidato a doutoramento em engenharia de materiais, que aspira investigar o fenómeno de descargas parciais em dieléctricos, tema que foi minha preocupação científica há quase 40 anos no Schering Institut da Universidade de Hannover. A surpresa de rebuscar uma tese amarelecida deixou-me estupefacto e se calhar disse o que não devia. O licenciado e mestre em engenharia de materiais desconhecia várias inovações fixadas na minha juventude, porque só lera publicações em inglês. Mas tentara traduções para dialogar com portugueses. Exemplo: referiu-me o fenómeno de *treeing* em inglês por «canais de destruição» dos isolantes sólidos — tão longe do meu «arvorejamento» activo, que usei em muitas comunicações científicas (12), apesar de hoje sugerir antes a impressiva «arborescência». O seu espanto levou-o a despedir-se brusca e apressadamente, deixando-me a reflectir na importância da linguagem nos comportamentos humanos (pela inteligência). O que será significativo para garantir a evolução filogenética da tecnologia? Seguramente, não é o desprezo das ontologias!

Mantenho a negação à anglofonia e à francofonia sempre que se tornem desnecessárias as consequentes alterações em português. Critério de utilidade? Que seja. Se vivo num mundo em competição declarada e ainda não me encontro no espaço universal de ser sem fronteiras, defendo a bonita língua em que me tornei humano. A principal directiva na conduta pessoal é que a criação de **termos inúteis** nada acrescenta de proveitoso ao colectivo interesse universal. Mas a língua portuguesa, que dizem ser a sexta na ordem de expansão mundial, deve continuar a singularizar as línguas vivas sem repudiar as outras, e muito menos a inglesa. Criteriosamente. Exemplo: *input* e *output* são palavras úteis a quem fala em inglês sobre a «entrada» e a «saída» de informação dos sistemas

(incluindo os informáticos), correspondentes aos locais *entrance* e *exit* de passagem para dentro (também «entrada» ) e para fora (ainda «saída» ) das fronteiras sistémicas. Tal diferenciação conceptual em português será uma complexidade inútil. Ora as criações inúteis só complicam; e por isso merecem abandono (quanto rejubilaria se os economistas portugueses percebessem isto!).

Esta inutilidade não se revela sempre tão perversa quanto se possa generalizar. Geralmente, a dinâmica linguística começa por manifestar propostas desnecessárias, mas que acabam por vingar na substituição de vocábulos corriqueiros, gerando o obsoleto e mais além o arcaísmo. É esta efervescência que dá vida às línguas faladas. No cadinho imenso dos falantes de um idioma podem aparecer diferentes vocabulários específicos, erguendo o problema da duplicação de termos para representar o mesmo conteúdo. Este fenómeno de **polissemia**, supostamente indesejável nas sociedades que combatem as ambiguidades declarativas, deve ser evitado através de uma normalização eficaz e dinâmica.

A língua lusa não importa termos apenas do inglês, já que o relacionamento vivo dos portugueses acontece com povos de todo o mundo. Os descobrimentos por via marítima fizeram-nos pioneiros da globalização em vésperas da era moderna, convivendo desde então com povos muito diferentes e bastante distantes na geografia e nas falas. Em Portugal, os imigrantes dos países de língua oficial portuguesa continuam a contribuir com motivos de renovação linguística, em processos de **polissemia popular**, por meio de substituições parciais, quase sempre transitórias. Exemplo: há pouco tempo veio de África o *bué* são-tomense que é «muito» (13), talvez feito gíria recente no kimbundu, pois só me lembro de ter aprendido *iavulu* (muito) nos dois anos em que estudei Quimundo no Instituto Pio XII de Luanda, entre 1967 e 1969. São casos aceitáveis no âmbito popular, geralmente nados e mortos nas modas, como aconteceu aos termos brasileiros expurgados das primeiras telenovelas de maior audiência, que toda a gente repetia desde «os conformes aos finalmentes». Alguém se lembra dos ditos propalados pelo pitoresco «sinhozinho Malta»? Tais populismos são inadmissíveis a nível técnico, pelas confusões que podem originar em matérias de grande responsabilidade.

Dentro do âmbito das linguagens específicas, a **polissemia técnica** complica inutilmente a especificação nas integrações de múltiplos sistemas, cada vez mais frequentes ao nível da complexidade tecnológica. Por isso, será de eliminar tão nefasta prática, recomendando-se seguir a mais estrita observância da normalização em primeira linha (porquanto os termos alternativos entram em segunda linha, conforme pratica o Vocabulário Electrotécnico Internacional da CEI — Comissão Electrotécnica Internacional). Exemplo: o tradicional «êmbolo», enraizado no latim *embolus*, começou a claudicar com o *piston* francês e acabou por vergar definitivamente perante o inglês *piston*, fixando-se hoje em «pistão».

Às vezes, a polissemia popular mistura-se com a técnica, numa coexistência social que aligeira a monotonia das repetições tónicas do discurso. Exemplo: o nome «automóvel», elegante aglutinação (auto + móvel) para designar um veículo que se move por si, diz-se *car* em terras de Sua Majestade e respectivos súbditos, a partir do latim *carrus* (curiosamente, a nossa «carruagem» veio do provençal antigo *carriatge*, que deve ter inspirado a *carriage* inglesa); agora, e cada vez mais no futuro, por transliteração do inglês dominante, falamos sobretudo do nosso «carro», salvo nos impostos (IA = imposto automóvel, pois não passará pela cabeça de nenhum político mudar para IC = imposto de carro).

Nesta ordem de ideias, a **polissemia erudita** também não colhe total simpatia. Embora conceda a possibilidade de variar os modos de expressão e não cause prejuízos assinaláveis, convém evitar a dupla articulação, escolhendo aquela que melhor simbolize a ideia representada. Exemplo: a designação do trabalho escrito apresentado a doutoramento, como relato dissertado do trabalho de investigação que o doutorando efectivou, deve ser chamado dissertação, seguindo logicamente o uso francófono de *dissertation*, em detrimento da incompreensível designação de «tese», hoje tão dita e redita com base no precário termo *thesis* da linguagem inglesa (oriundo do latim, onde significa proposição defendida em caso de refutação), nitidamente uma forma redutora, visto que aquele objecto descritivo contém, em geral, várias teses defendidas no trabalho científico desenvolvido. Portanto, esta viagem em vaivém nem sequer justifica a hipótese polissémica. A tese como dissertação deve ser para esquecer (embora nos meus convívios recentes só eu não esqueça).

A duplicação de termos para referir conceitos ou objectos concretos é condenada pelos princípios básicos da terminologia. Mas acontece, por vezes. Uma justificação reside em diferentes influências estrangeiras nas várias estruturas sociais portuguesas, provocando uma certa **polissemia regional**, quer nas distintas regiões do país quer entre países. Exemplo: a fechadura móvel designa-se «cadeado» no Sul de Portugal, a partir do latim *catenatu*, mas recebe no Norte a preferência por «aloquete» do francês *loquet*. Esta abundância de termos não origina inconvenientes de maior na vida quotidiana das populações, mas deve ser evitada. Pelo menos, complica o entendimento nos diálogos (Norte-Sul, neste caso).

Em dimensão diferente, o diálogo transatlântico descortina as vulgares diferenças das falas do português no Brasil, claramente sujeito ao americanismo nortenho, enquanto no dizer europeu as influências vêm sobretudo das ilhas britânicas. Exemplo: o comutador que liga e desliga a electricidade em Portugal, vulgarmente considerado «interruptor» (com fraca expressividade das duas funções desempenhadas), traduz o *switch* britânico, mas equivale à «chave» importada pelos brasileiros da *key* estadunidense (helas!, o inglês americano também se individualiza em singularidades regionais).

Já agora, meto a foice em seara alheia, porque me convém desfazer enganos vulgares nalgumas traduções em língua portuguesa. Estou a pensar em polissemias da língua inglesa, impostas pelo desacordo americano. Exemplo: o *pulse* dos ingleses é *impulse* entre americanos (14); ambas as designações devem corresponder ao «impulso» português, mas ultimamente tem aparecido um crescente «pulso» (sobretudo entre físicos, mas também engenheiros de telecomunicações), que me irrita, francamente. Há outros casos deste tipo de retorno à incoerência, talvez por pseudo-puristas da língua inglesa (que não querem nada com tudo o que cheira a americano). Que seca!

A polissemia técnica combina-se muito bem com a polissemia regional quando dois espaços geográficos emissores da mesma língua estão afastados do espaço receptor e ambos pretendem exportar comércio. Nestas condições, a terminologia em língua portuguesa poderá penetrar em duplicado na África lusófona, exportada por Portugal e, simultaneamente, também pelo Brasil. Presente-se logo a confusão potencialmente resultante na *maka*, que é conversação (14) acalorada na *esconfusão* assimilada à maneira popular angolana. Será que a saída está na opção pela língua inglesa? Não chega esta ameaça para que os especialistas dos dois lados do Atlântico se aproximem em diálogo de concertação? Ou iremos permanecer na guerra surda até à vitória gloriosa (ou inglória) do mais forte, mesmo sem razão? Infelizmente, há quem defenda que «é a função que faz o órgão», estendendo à linguagem aquilo que até pode ser verdadeiro sexualmente: só a prática vulgar define os termos a usar. Mas que irracionalidade! (se é que há).

De qualquer modo, o predomínio das importações terminológicas de origem inglesa aí está implantado, indubitavelmente. Há que reconhecer esta realidade cultural. O que choca, porém, são os exageros atribuídos (inconscientemente, para ser optimista). Já ouvi referir este «latim do século XXI» como língua franca. Está certo. Uma espécie de esperanto realizado (e nunca dantes imaginado). Por que não adaptar e substituir os termos praticados na fala? Tão fácil será apertuguesar, mesmo termos inúteis que viram úteis, mais tarde ou mais cedo. Exemplo: nos últimos anos, deixou de se falar em «acontecimento» por troca com «evento», que o *event* britânico foi buscar ao latim *eventus* e nós agora repegamos animadamente (outra viagem em vaivém, desta vez bem sucedida). De facto, soa melhor trabalhar no «controlo de eventos reais» do que no «controlo de acontecimentos». Só falta verbalizar a acção de «eventar» em lugar de «acontecer». Porque não?

Assim acontece, dir-se-ia à guisa de finalização, como no antigo Canal 2. Lembram-se? Afinal, tudo quanto narrei está sujeito à lei natural do menor esforço. Implacavelmente. Eis a grande constatação: resistir-lhe desgasta, desregula, destrói. E existe sempre outro humano à espera dos despojos, para aproveitar os cacos e fazer um objecto artístico. Será que reside nessa lei a explicação do fim (não desejado) desta inesperada congeminção sobre importação-exportação terminológica?

1 Beryl T. Atkins, et al. *The Collins Robert French-English English-French Dictionary*. London: HarperCollins Publishers, 1990, 2.ª edição. 

2 Hermínio DR. «Terminologia». Apêndice in J. Millman, A. Grabel. *Microelectrónica*, Vol. I. Lisboa: McGraw-Hill, 1991. 

- 3** Hermínio DR. *Síntese da Disrupção de Dielétricos Gasosos*. Memória EL-11. Luanda: Universidade de Luanda, 1974. 
- 4** Domingos Vieira Baião. *O Kimbundu Prático ou Guia de Conversação Português-Kimbundu*. Luanda: Centro de Estudos Filológicos, 1940. 
- 5** NP 3003-1, 1995. *Computadores e Processamento de Informação, Parte 1*, CT113, IPQ. Monte de Caparica: Instituto Português da Qualidade, 1995. 
- 6** *Ibidem* 2. 
- 7** NP 60050-131, 2001. «Teoria de Circuitos». *Vocabulário Electrotécnico Internacional*, Capítulo 131, CTE1, IPQ. Monte de Caparica: Instituto Português da Qualidade, 2001, 2.ª edição. 
- 8** Hermínio DR. *Sopros de Riscos: Teoria e Prática do Controlo de Fumo em Incêndios nos Edifícios*. Lisboa: Hader, 2003. 
- 9** NP 2626-101, 1998. «Matemática.» *Vocabulário Electrotécnico Internacional*, Capítulo 101, CTE1, IPQ. Monte de Caparica: Instituto Português da Qualidade, 1998. 
- 10** M. Beyer, Hermínio DR, N. Meier. *Einfluss der Feldverteilung an Spitzenelektroden auf die Ausbildung von Teilentladungen in Polyäthylen*. ETZ-A, Bd. 93, August 1972, Berlin: 475-477. 
- 11** Hermínio DR. «Inteligência Humana e Intelegência Tecnológica.» *Electricidade*, n.º 393, Março-Abril (2002): 63-69. 
- 12** Hermínio DR. «Efeito de Estiramento do Polietileno no Arvorejamento Devido a um Eléctrodo em Ponta». *Electricidade*, n.º 72, Julho-Agosto (1971):315-322. 
- 13** Academia das Ciências de Lisboa. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Verbo, 2001. 
- 14** *Ibidem* 9. 
- 15** A. de Assis Júnior. *Dicionário Kimbundu-Português*. Luanda: Argente, Santos & C.ª, L.da (século XX). 

